



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

NC ENERGIA S.A.

Sumário

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
BALANÇO PATRIMONIAL	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21
4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	22
5. DESPESAS OPERACIONAIS	22
6. RESULTADO FINANCEIRO	23
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS	24
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	28
10. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	29
11. INTANGÍVEL	30
12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	31
13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	31
14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	35
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	39
17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	42
18. COMPROMISSOS	47

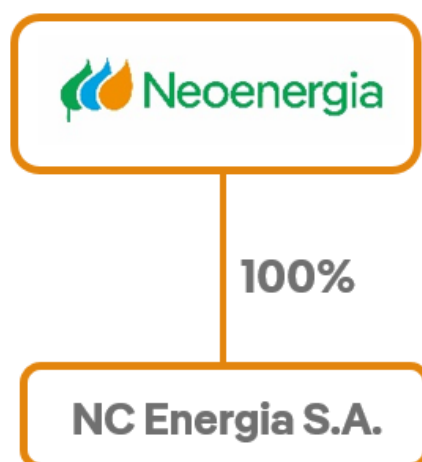
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,

Ao apresentar os resultados de 2025, a NC Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. NC ENERGIA

A NC Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia, sendo concebida para operar principalmente no mercado livre de energia, junto à Câmara de Comercialização de Energia – CCEE e demais agentes do setor. A NC Energia atua na venda e gestão de energia, oferecendo todo o suporte desde a viabilidade até a efetiva migração dos clientes para o mercado livre de energia. Promove leilões de compra ou venda de energia e oferece serviços como gestão integrada de energia, gerenciamento de riscos, representação de consumidores e geradores e viabilização de projetos energéticos. Também atua na comercialização de créditos de energia renovável.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Ao longo do exercício, a NC Energia atuou na venda de energia para clientes finais, com foco no segmento varejista e na prestação de serviços de gestão de energia personalizada para seus clientes. Também foram comercializados grandes contratos de energia de longo prazo (PPA), assim como projetos de autoprodução de energia.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Varição %
Receita Operacional Bruta	2.035.472	1.633.548	24,60
Receita Operacional Líquida	1.748.227	1.396.677	25,17
EBITDA	114.757	29.201	292,99
Resultado Financeiro	3.104	2.144	44,78
Lucro Líquido	110.138	28.143	291,35
Margem EBITDA (%)	6,56%	2,09%	213,96
Margem Líquida (%)	6,30%	2,01%	212,65

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/25	dez/24	Varição %
Ativo Total	815.722	775.708	5,16
Dívida Bruta	48.396	69.363	(30,23)
Dívida Líquida ⁽²⁾	(15.252)	(15.290)	(0,25)
Patrimônio Líquido	481.679	418.040	15,22

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/25	dez/24	Varição (p.p)
Dívida Líquida/EBITDA	(0,13)	(0,52)	0,39
EBITDA/Resultado Financeiro	36,97	13,62	23,35

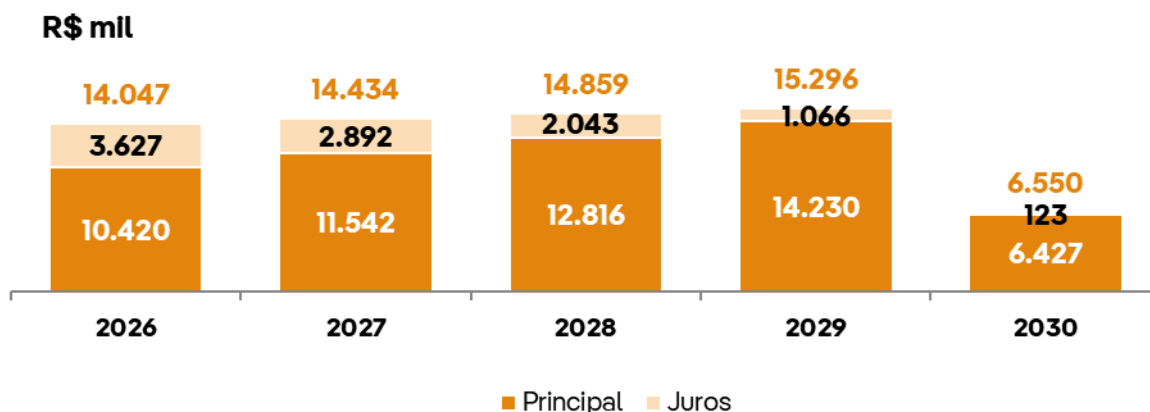
Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Varição (R\$)	Varição (%)
Lucro Líquido (A)	110.138	28.143	81.995	291,35
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido (B)	(3.004)	522	(3.526)	(675,48)
Amortização e Depreciação (C)	(4.719)	(3.724)	(995)	26,72
Receitas Financeiras (D)	11.776	13.097	(1.321)	(10,09)
Despesas Financeiras (E)	(10.363)	(12.605)	2.242	(17,79)
Outros Resultados Financeiros Líquidos (F)	1.691	1.652	39	2,36
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	114.757	29.201	85.556	292,99

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia possui endividamento contratado junto ao BNDES e via debêntures de infraestrutura, com amortização linear ao longo dos anos.



5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda (“Deloitte”), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 76.649,87, referentes à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais). A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela NC Energia S.A. (“NC Energia”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de NC Energia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de NC Energia.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de NC Energia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
NC Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NC Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da NC Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita na venda de energia

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva principalmente do fornecimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato.

Devido aos assuntos anteriormente mencionados e a relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; (iii) testes, em base amostral, dos documentos comprobatórios sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (iv) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita na venda de energia e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ



Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

NC ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	1.748.227	1.396.677
Custos		(1.642.389)	(1.325.310)
Custos com energia elétrica	4	(1.642.389)	(1.325.310)
Lucro bruto		105.838	71.367
Perda de crédito esperadas	9.2	(640)	245
Despesas com vendas	5	(41.327)	(40.374)
Outras despesas gerais e administrativas	5	(32.437)	(34.944)
Equivalência patrimonial	10	78.604	29.183
Lucro operacional		110.038	25.477
Resultado financeiro	6	3.104	2.144
Receitas financeiras		11.776	13.097
Despesas financeiras		(10.363)	(12.605)
Outros resultados financeiros, líquidos		1.691	1.652
Lucro antes dos tributos		113.142	27.621
Tributos sobre o Lucro	7.1.1	(3.004)	522
Corrente		29	(777)
Diferido		(3.033)	1.299
Lucro líquido do exercício		110.138	28.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	110.138	28.143
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge de fluxo de caixa</i>	(98)	48
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	33	(16)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(65)	32
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge de fluxo de caixa</i>	5.706	(2.605)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(1.940)	885
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	3.766	(1.720)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	3.701	(1.688)
Resultado abrangente do exercício	113.839	26.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	110.138	28.143
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	4.719	3.724
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	182	88
Equivalência patrimonial	(78.604)	(29.183)
Tributos sobre o lucro	3.004	(522)
Resultado financeiro, líquido	(3.104)	(2.144)
Outros	182	228
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(12.285)	(65.052)
Fornecedores e contas pagar	2.243	23.425
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(92)	1.235
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	(2.478)	1.375
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(6.322)	304
Outros ativos e passivos, líquidos	(9.651)	(962)
Caixa gerado (consumido) nas operações	7.932	(39.341)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	29.133	36.754
Encargos de dívidas pagos	(4.921)	(6.228)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	(115)	1.742
Rendimento de aplicação financeira	9.921	10.939
Pagamento de juros – Arrendamentos	(187)	(365)
Tributos sobre o lucro pagos	(2.817)	(465)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	38.946	3.036
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(10.300)	(13.980)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(56)	(9.162)
Resgate de títulos e valores mobiliários	7.708	1.774
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(2.648)	(21.368)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	39
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(20.839)	(17.540)
Depósitos em garantias	(483)	(337)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(540)	(1.024)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	4.520	1.600
Remuneração paga aos acionistas	(32.686)	(11.473)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(50.028)	(28.735)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(13.730)	(47.067)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	75.458	122.525
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	61.728	75.458
Transações que não envolveram caixa:		
Capitalização de instrumento financeiro (NDF) (nota 13.3.b)	-	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	61.728	75.458
Contas a receber de clientes e outros	9	229.549	217.486
Títulos e valores mobiliários		-	7.571
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	108	4.000
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	912	561
Outros tributos a recuperar	7.2.1	13.822	13.281
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	19.651	7.246
Outros ativos circulantes		16.550	5.657
Total do circulante		342.320	331.260
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	9	24.513	23.289
Títulos e valores mobiliários		1.920	1.624
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	1	7
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	17.708	14.867
Outros tributos a recuperar	7.2.1	4.007	3.750
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	40.504	45.444
Depósitos judiciais	14.1	87	13.424
Investimentos em participação societária	10	349.292	312.226
Direito de uso		997	1.408
Imobilizado		5.976	5.750
Intangível	11	28.397	22.661
Total do não circulante		473.402	444.450
Total do ativo		815.722	775.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	218.612	216.369
Empréstimos e financiamentos	13.2	10.398	20.463
Passivo de arrendamento		463	512
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	105	6.710
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		11.169	11.261
Outros tributos a recolher	7.2.2	11.477	8.091
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.1	20.208	6.684
Outros passivos circulantes		6.928	7.626
Total do circulante		279.360	277.716
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13.2	36.765	46.197
Passivo de arrendamento		684	1.021
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	1.237	-
Provisões	14	12.337	30.781
Outros passivos não circulantes		3.660	1.955
Total do não circulante		54.683	79.954
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	15	481.679	418.040
Total do patrimônio líquido		481.679	418.040
Total do passivo e do patrimônio líquido		815.722	775.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NC ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Reservas de Lucros						Total	
		Capital Social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados		Proposta de distribuição de dividendos adicionais
Saldos em 31 de dezembro de 2024		231.992	(12.607)	26.411	64.990	87.202	-	20.052	418.040
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	110.138	-	110.138
Aprovação de dividendos adicionais	15.2.b	-	-	-	-	-	-	(20.052)	(20.052)
Outros resultados abrangentes	15.3	-	3.701	-	-	-	-	-	3.701
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros	15.2.b	-	-	5.507	-	74.483	(79.990)	-	-
Remuneração aos acionistas	15.2.b	-	-	-	-	-	(30.148)	-	(30.148)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		231.992	(8.906)	31.918	64.990	161.685	-	-	481.679
Saldos em 31 de dezembro de 2023		231.992	(10.919)	25.004	64.990	87.202	-	-	398.269
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	28.143	-	28.143
Outros resultados abrangentes	15.3	-	(1.688)	-	-	-	-	-	(1.688)
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros	15.2.b	-	-	1.407	-	-	(1.407)	-	-
Remuneração aos acionistas	15.2.b	-	-	-	-	-	(26.736)	20.052	(6.684)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		231.992	(12.607)	26.411	64.990	87.202	-	20.052	418.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NC Energia S.A. (“NC Energia” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, cogeneradores de energia e demais agentes do setor. A Companhia atua na venda e gestão de energia, oferecendo todo o suporte nas etapas de viabilidade e processo de migração para o mercado livre de energia. Promove leilões de compra ou venda de energia e oferece serviços como gestão integrada de energia, gerenciamento de riscos, representação de consumidores e geradores e viabilização de projetos energéticos.

A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001.

1.1 Gestão de Riscos

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1 Riscos Financeiros e Mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e de suas controladas.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ ou ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando a SOFR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2025, operações de *hedge* cambial, para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 17.7.

Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 17.7.

Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 13).

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

1.1.2 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou ‘não performance’ de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Santander	AAA	AAA	-
BNDES	AAA	AAA	AAA
Safra	AAA	-	-

1.1.3 Risco regulatório

Ambiente Regulatório

Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.

1.1.4 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000
Empresarial	31/05/2025 a 31/05/2026	71.159

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Pelo fato da controladora da Companhia, Neoenergia S.A., preparar Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas conforme permitido no item 4 do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 12 de fevereiro de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1	Tributos sobre o lucro diferidos
9.3	Perdas de crédito esperadas (PCE)
13.4	Instrumentos financeiros derivativos
15.2	Provisão para processos judiciais

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requisitos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo; (iii) volume e riscos inerentes aos contratos de energia elétrica, performados ou não performados, dependentes de fontes naturais.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requisitos para: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) aumento das isenções para aplicação da abordagem de 'uso-próprio' e/ou abordagem de hedge accounting em contratos de energia elétrica, que dependem de fontes naturais altamente sensíveis às oscilações climáticas.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	<p>A IFRS 18 introduz três categorias padronizadas para a apresentação de receitas e despesas: operacionais, de investimento e de financiamento. Essa mudança tem como objetivo aprimorar a estrutura da demonstração do resultado, exigindo que todas as entidades apresentem novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A nova estrutura proporcionará aos investidores um ponto de partida mais consistente para a análise do desempenho das empresas.</p> <p>Além disso, a norma requer que as entidades divulguem explicações sobre as chamadas Medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração do resultado que não são determinadas diretamente pelas IFRS. Esses novos requisitos visam aumentar a disciplina e a transparência na divulgação dessas medidas, tornando-as, possivelmente, sujeitas à auditoria externa.</p> <p>A IFRS 18 substituirá a IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.</p>	01/01/2027, aplicação retrospectiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento de energia	1.972.500	1.592.581
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	34.467	17.227
Outras receitas	28.505	23.740
Receita operacional bruta	2.035.472	1.633.548
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(287.245)	(236.871)
Receita operacional, líquida	1.748.227	1.396.677

3.1 Deduções de receita bruta

	2025	2024
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(109.725)	(94.914)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(176.181)	(141.038)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1.339)	(919)
Total	(287.245)	(236.871)

3.2 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido ao cliente e pode ser mensurada de forma confiável, o que geralmente ocorre no momento da entrega do produto ou da prestação do serviço. A mensuração é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, considerando estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou itens similares.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo são reconhecidos no momento da transação, sendo o preço vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

b) Estimativas e julgamento críticos

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE:

- Contratos de compra e venda vigentes à época;
- Contratos de compra e venda definidos no curto prazo;
- Apuração do saldo de energia dado pelas diferenças do volume de compras e vendas;
- Valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE;
- Segregação do volume financeiro de contratos faturados e não faturados no mês.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2025	2024
Compra para revenda		
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Livre - ACL	(1.797.328)	(1.454.420)
Energia curto prazo - PLD ⁽¹⁾	-	(2.700)
Outros	(8.420)	(1.864)
Subtotal	(1.805.748)	(1.458.984)
Créditos de PIS e COFINS	163.359	133.674
Total dos custos com energia elétrica	(1.642.389)	(1.325.310)

(1) PLD – Preço de Liquidação das Diferenças.

5. DESPESAS OPERACIONAIS

	2025		
	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1)	(23.085)	(23.724)	(46.809)
Serviços de terceiros	(5.538)	(5.777)	(11.315)
Depreciação e amortização	(4.154)	(565)	(4.719)
Propaganda e publicidade	(3.229)	(311)	(3.540)
Provisão pra processos judiciais	-	(1.349)	(1.349)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(5.321)	(711)	(6.032)
Total	(41.327)	(32.437)	(73.764)

	2024		
	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1)	(20.316)	(28.124)	(48.440)
Serviços de terceiros	(7.623)	(3.615)	(11.238)
Depreciação e amortização	(2.606)	(1.118)	(3.724)
Propaganda e publicidade	(5.793)	(1.217)	(7.010)
Provisão para processos judiciais	-	(319)	(319)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(4.036)	(551)	(4.587)
Total	(40.374)	(34.944)	(75.318)

(1) Inclui o saldo de impostos, taxas, arrendamentos, materiais e outros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

5.1 Pessoal e benefícios a empregados

	2024	2024
Remunerações	(20.453)	(22.057)
Encargos sociais	(8.408)	(8.982)
Auxílio alimentação	(2.084)	(2.208)
Convênio assistencial e outros benefícios	(2.666)	(2.441)
Rescisões	(1.472)	-
Provisão para férias e 13º salário	(4.483)	(4.567)
Plano de saúde	(2.748)	(2.233)
Participação nos resultados	(4.405)	(5.619)
Outros	(90)	(333)
Total	(46.809)	(48.440)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	9.921	10.939
(-) Tributos sobre receita financeira	(677)	(720)
Outras receitas financeiras ⁽¹⁾	2.532	2.878
	11.776	13.097
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽²⁾	(6.746)	(7.695)
Fee de garantia ⁽³⁾	(494)	(794)
Atualização de provisões para processos judiciais	(2.231)	(3.352)
Outras despesas financeiras	(892)	(764)
	(10.363)	(12.605)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(203)	(621)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	652	1.042
Perdas com variações cambiais e monetárias	(11)	(23)
Ganhos com variações cambiais e monetárias ⁽⁴⁾	1.253	1.254
	1.691	1.652
Resultado financeiro, líquido	3.104	2.144

(1) Inclui juros e encargos de clientes e receitas financeiras sobre rescisões contratuais;

(2) Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, CDI e outros) e amortização de custos de captação;

(3) Refere-se à amortização da cobrança de *fee*, pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo;

(4) Inclui atualização, pela Selic, do saldo de reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS

7.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	113.142	27.621
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(38.468)	(9.391)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	9.045	-
Resultado de participações societárias	26.725	9.922
Multas indedutíveis	4	(1)
Atualização SELIC indébitos tributários	423	-
Outras adições (reversões)	(733)	(8)
Tributos sobre o lucro	(3.004)	522
Alíquota efetiva	2,66%	(1,89)%
Corrente	29	(777)
Diferido	(3.033)	1.299

7.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	28.062	26.507
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	6.144	10.465
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	1.791	1.728
Arrendamentos capitalizados	55	47
PLR	3.521	3.601
Valor justo de instrumentos financeiros	429	2.319
Outros	502	777
Total	40.504	45.444

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldos em 31 de dezembro de 2024	45.444
Efeitos reconhecidos no resultado	(3.033)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(1.907)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	40.504
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.276
Efeitos reconhecidos no resultado	1.299
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	869
Saldos em 31 de dezembro de 2024	45.444

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção dos lucros tributáveis futuros, baseados nas projeções do planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos está apresentada como segue:

	2026	2027	2028	2029	Entre 2030 a 2034	Entre 2035 a 2039
Ativo fiscal diferido	1.210	7.810	4.667	7.326	15.954	3.537

7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2025	2024
IRPJ	13.757	9.881
CSLL	4.863	5.547
Ativo	18.620	15.428
Circulante	912	561
Não circulante	17.708	14.867

7.1.4 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía montante reconhecidos na linha de tributos a recolher sobre o lucro, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía o montante de R\$ 6.444 e R\$ 9.785, respectivamente, referente a tributos sobre o lucro, de processos cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia. As principais naturezas são processos administrativos oriundos da não homologação de pedidos de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL.

7.1.5 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações.

A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2 Outros tributos

7.2.1 Outros tributos a recuperar

	Ref.	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		839	820
Programa de integração social - PIS	(a)	3.032	2.895
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(a)	13.958	13.316
Outros tributos a recuperar		17.829	17.031
Circulante		13.822	13.281
Não circulante		4.007	3.750

(a) Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga.

A Companhia possui um ativo no valor de R\$ 3.167 (R\$ 2.930 em 31 de dezembro de 2024), referente à processo ajuizado cuja decisão judicial ainda não transitaram em julgado. Entretanto, a Companhia, após análise criteriosa do processo, observou semelhanças frente às ações transitadas em julgado para os quais outras subsidiárias do Grupo Neoenergia já obtiveram êxito, e estão alinhadas com as decisões de mérito e dos Embargos de Declaração no STF. Os valores do ativo estão atualizados pela taxa Selic.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

7.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	5.497	5.012
Programa de integração social - PIS	229	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.079	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	3.412	1.890
Outros	1.260	1.189
Total outros tributos a recolher	11.477	8.091

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	284	10.466
Certificado de depósito bancário (CDB)	57.135	34.697
Fundos de investimento	4.309	30.295
Total	61.728	75.458

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	4.193	30.295
CDB	116	-
Total	4.309	30.295

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025			2024		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia	56.314	(5.231)	51.083	66.321	(5.046)	61.275
Fornecimento de energia não faturada	193.224	(37)	193.187	173.307	(36)	173.271
Comercialização de energia na CCEE	7.570	-	7.570	4.607	-	4.607
Serviços	2.222	-	2.222	1.622	-	1.622
Total	259.330	(5.268)	254.062	245.857	(5.082)	240.775
Ativo circulante			229.549			217.486
Ativo não circulante			24.513			23.289

9.1 Fornecimento de energia

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2025		2024	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	238.966	(550)	224.707	(1.336)
Saldos vencidos:	10.572	(4.718)	14.921	(3.746)
Entre 1 e 90 dias	3.629	(323)	9.753	(270)
Entre 91 e 180 dias	734	(283)	322	(229)
Entre 181 e 360 dias	905	(499)	407	(422)
Acima de 361 dias	5.304	(3.613)	4.439	(2.825)
	249.538	(5.268)	239.628	(5.082)

9.2 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(5.082)	(6.879)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(640)	245
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	454	1.552
Saldo final do exercício	(5.268)	(5.082)

9.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

b) Estimativas e julgamento críticos

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração com base no *rating* de seus clientes para os saldos a vencer e no pior *rating* de mercado para os saldos vencidos a mais de 360 dias. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Para determinar as estimativas relacionadas as condições atuais e futuras de inadimplências dos recebíveis, a Administração considera imputes macroeconômicos e do setor específico de sua carteira de clientes, essas estimativas podem diferir das perdas realizadas.

10. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia possui participação acionária de 100% na investida Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A., mensurada pelo método de equivalência patrimonial, cuja movimentação é apresentada como segue:

	2025	2024
Saldo final do exercício	312.226	313.658
Equivalência patrimonial	78.604	29.183
Dividendos e JCP declarados	(41.538)	(30.615)
Saldo final do exercício	349.292	312.226

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	7.246	13.385
Declarados	41.588	30.615
Recebidos	(29.183)	(36.754)
Saldo final do exercício	19.651	7.246

A Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. é uma empresa do Grupo Neoenergia, que tem como principal atividade estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como a respectiva infraestrutura.

Abaixo a apresentação resumida do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demonstração do resultado abrangente da investida em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(i) Informações selecionadas do balanço patrimonial

	2025	2024
Balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	13.571	12.866
Concessão do serviço público (ativo contratual)	398.837	342.755
Outros ativos	9.016	8.070
Total de ativos	421.424	363.691
Contas a pagar a fornecedores	1.272	297
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.651	7.246
Provisões	21.486	18.996
Outros passivos	29.723	24.926
Total de passivos	72.132	51.465
Patrimônio líquido	349.292	312.226

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Informações selecionadas do resultado do exercício e outras informações

	2025	2024
Resultado do exercício		
Receita operacional, líquida	88.108	35.183
Lucro operacional antes do resultado financeiro	81.806	30.138
Lucro líquido do exercício	78.604	29.183
Outras informações		
Capital circulante líquido	26.928	39.235
Fluxo de caixa operacional	30.243	26.161
Dividendos e JCP pagos aos acionistas não controladores	(29.133)	(36.754)

10.1 Política contábil

Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). Após o reconhecimento inicial, a participação no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida, até a data que a influência significativa ou controle deixar de existir, é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial uma vez que as decisões relevantes são tomadas pela Neoenergia S.A., que efetua a consolidação da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.

11. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas conforme a seguir:

	Software	Ativos em formação	Total
Taxa de amortização a.a.	16,70% a 20,00%	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.855	18.806	22.661
Adições ⁽¹⁾	-	8.835	8.835
Amortização	(3.170)	-	(3.170)
Transferências – entre intangíveis	15.908	(15.908)	-
Transferências – outros	-	71	71
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16.593	11.804	28.397
Custo	25.379	11.804	37.183
Amortização acumulada	(8.786)	-	(8.786)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.638	10.601	13.239
Adições ⁽¹⁾	-	11.056	11.056
Amortização	(1.715)	-	(1.715)
Transferências – intangíveis	2.932	(2.932)	-
Transferências – outros	-	81	81
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.855	18.806	22.661
Custo	9.471	18.806	28.277
Amortização acumulada	(5.616)	-	(5.616)

(1) Refere-se principalmente a *sales force* e gestão de energia.

11.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Energia elétrica	209.173	200.915
Materiais e serviços	9.439	15.454
Total	218.612	216.369

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

13.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Agências de fomento	47.163	55.622
Debêntures	-	11.038
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	47.163	66.660
Instrumentos financeiros derivativos (nota 13.3)	1.233	2.703
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(61.728)	(75.458)
Títulos e valores mobiliários	(1.920)	(9.195)
Dívida líquida	(15.252)	(15.290)

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos custos de transação vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses depósitos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

13.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$).

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2025	2024
Denominados em R\$	51.925	71.011
Indexados a taxas flutuantes	51.925	70.971
Indexados a taxas fixas	-	40
	51.925	71.011
(-) Depósitos em garantia	(4.733)	(4.250)
(-) Custos de transação	(29)	(101)
	47.163	66.660
Passivo circulante	10.398	20.463
Passivo não circulante	36.765	46.197

Em 31 de dezembro de 2025, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2025	2024
Custo médio em % CDI ⁽¹⁾	70,30%	96,44%
Custo médio em taxa pré	10,20%	10,47%
Saldo da dívida	47.163	66.660
Instrumentos financeiros derivativos	1.233	2.703
Dívida total líquida de derivativos	48.396	69.363

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses, o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Instrumentos derivativos	Total
2026	10.396	3.627	24	14.047
2027	11.543	2.892	(1)	14.434
2028	12.816	2.043	-	14.859
2029	14.230	1.066	-	15.296
2030	6.427	123	-	6.550
Total	55.412	9.751	23	65.186

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de juros (ainda não provisionados), além dos juros já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 2,42 anos (2,76 anos em 31 de dezembro de 2024).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	66.660	83.031
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	-	39
Amortizações de principal	(20.839)	(17.540)
Pagamento de encargos de dívida	(4.921)	(6.228)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	(483)	(337)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	6.746	7.695
Saldo final do exercício	47.163	66.660

d) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização). A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Abaixo segue o principal parâmetro e a medição estimada geral:

	Limites contratual inferior ⁽¹⁾	Medição ⁽²⁾ em 31.12.2025	Medição ⁽²⁾ em 31.12.2024
Consolidado Neoenergia:			
Dívida líquida ÷ EBITDA (*)	≤ 4	3,41	3,45
EBITDA ÷ Resultado financeiro (*)	≥ 2,0	2,46	2,51

(*) Acumulado de 12 meses.

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas, composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas;

(2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas conforme demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

13.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 17.7.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2025	2024
Contratados para proteção de dívidas:		
<i>Swap de taxas de juros – R\$</i>	-	3.960
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de preço – Energia e outras operações	(1.233)	(6.663)
Exposição líquida	(1.233)	(2.703)
Ativo circulante	108	4.000
Ativo não circulante	1	7
Passivo circulante	(105)	(6.710)
Passivo não circulante	(1.237)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Derivativos não designados para contabilidade de hedge		
Contratados para proteção de dívidas	-	3.960
Contratados para proteção de outras operações	(1.212)	(6.711)
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de produtos e serviços	(21)	48
	(1.233)	(2.703)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2025			2024		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial do exercício	3.960	(6.663)	(2.703)	6.888	(3.877)	3.011
Ganho (perda) reconhecido no resultado	449	(182)	267	417	(226)	191
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	-	-	-	(6)	(6)
Liquidação financeira (entradas) saídas	(4.408)	3	(4.405)	(3.345)	3	(3.342)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	-	5.608	5.608	-	(2.557)	(2.557)
Saldo final do exercício	1	(1.234)	(1.233)	3.960	(6.663)	(2.703)
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	-	(182)	(182)	-	-	-
Resultado financeiro, líquido	449	-	449	417	4	421

13.4 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como hedge

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

Nas operações designadas como *hedge accounting*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 17.3 e 17.7, respectivamente.

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

14.1 Provisão para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.000	150	10.631	30.781
Adições e reversões, líquido	(3.706)	(112)	832	(2.986)
Pagamentos	(7.672)	-	-	(7.672)
Atualização monetárias	(8.622)	(38)	874	(7.786)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	12.337	12.337
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.080	136	9.909	27.125
Adições e reversões, líquido	304	-	-	304
Pagamentos	-	-	-	-
Atualização monetárias	2.616	14	722	3.352
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.000	150	10.631	30.781

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado provável destacamos:

Processos cíveis: A variação observada na rubrica decorre da celebração de acordo judicial referente a ação cível de cumprimento de sentença arbitral, devido a controvérsia envolvendo contrato de compra e venda de energia elétrica, relacionado ao preço, que supostamente teria sido praticado em desconformidade com o que havia sido acordado. Em função desse desfecho, procedeu-se à baixa da contingência constituída. Nos termos do acordo firmado, o desembolso foi estruturado em duas etapas: pagamentos de parcela em conta *escrow* e quitação do saldo remanescente mediante liberação dos depósitos judiciais vinculados ao processo. (R\$ 20.000 em 31 de dezembro de 2024).

Processos fiscais: Processos administrativos, de ação anulatória do auto de infração relacionadas a ICMS, em razão de descumprimento de obrigações acessórias, bem como suposta indicação incorreta no DECLAN IPM, no valor de R\$ 12.337 (R\$ 10.631 em 31 de dezembro de 2024). Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, e são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos cíveis	501	346
Processos trabalhistas	616	-
Processos fiscais (i)	260.474	260.582
	261.591	260.928

Os processos relevantes cuja probabilidade de desembolso futuro é considerada possível são conforme segue:

(i) **Processos fiscais:** Ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, PIS/COFINS, CIDE, entre outros. A Companhia possui em total estimado de R\$ 260.474 (R\$ 260.582 em 31 de dezembro de 2024) em processos fiscais com expectativa de perda possível, que se referem, em sua maioria, ao auto de infração no valor de R\$ 258.636 (R\$ 240.648 em 31 de dezembro de 2024), cujo processo é o de número 4072470-0, autuado pela Receita Federal, para o recolhimento de ICMS supostamente devido no período em que esteve vigente liminar de substituição tributária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

c) Depósitos judiciais

	2025	2024
Processos cíveis	-	13.347
Processos fiscais ⁽¹⁾	87	77
	87	13.424

(1) Liberação de depósitos judiciais vinculados a acordo celebrado no âmbito de processo fiscal, cujo encerramento ocorreu no exercício de 2025 (vide nota 15.1.a)

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

14.2 Política contábil material e julgamentos críticos**a) Política contábil material**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**15.1 Capital social**

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 436.080 (R\$ 433.894 em 31 de dezembro de 2024), representando 436.079.590 (433.893.579 em 31 de dezembro de 2024) ações escrituradas.

	Acionistas		
	ON	ON %	R\$
Neoenergia S.A.	231.992	100%	231.992
Total de ações em circulação	231.992	100%	231.992

15.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas**a) Lucro por ação**

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	110.138	28.143
Média ponderada de número ações em circulação	231.992	231.992
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,47	0,12

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	110.138	28.143
Reserva legal	(5.507)	(1.407)
Lucro líquido ajustado	104.631	26.736
Destinação para reserva de retenção de lucros	(74.483)	-
Lucro líquido a distribuir	30.148	26.736
Remuneração		
Mínima obrigatória	26.158	6.684
Remuneração adicional	3.990	20.052
	30.148	26.736
Natureza da remuneração		
Dividendos	3.545	26.736
JCP ⁽¹⁾	26.603	-
	30.148	26.736

(1) Para fins de mínimo obrigatório, é considerado o valor líquido do IRRF.

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2025				
	AGO de 14 de abril de 2025	Dividendos mínimos obrigatórios 2024	6.684	0,0288113
	AGO de 14 de abril de 2025	Dividendos adicionais 2024	20.052	0,0864340
	AGE de 09 de junho de 2025	Juros sobre Capital Próprio 2025	7.000	0,0301735
	AGE de 18 de dezembro de 2025	Juros sobre Capital Próprio 2025	19.603	0,0844986
			53.339	
2024				
	AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios 2023	2.973	0,0128151
			2.973	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	6.684	11.474
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	23.597	6.684
Juros sobre capital próprio declarados	26.603	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(3.990)	-
Dividendos pagos no exercício	(26.736)	(2.973)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(5.950)	(8.501)
Saldo final do exercício	20.208	6.684

15.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa.

15.4 Reservas de lucros

15.4.1 Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

15.4.2 Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar a parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76.

15.4.3 Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia.

15.5 Política contábil material

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de serviços administrativos e (iii) dividendos e JCP a pagar.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

16.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a) / (b)	85.270	-	85.270	70.987	-	70.987
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (d)	19.651	-	19.651	7.246	-	7.246
Outros ativos	-	239	239	-	309	309
	104.921	239	105.160	78.233	309	78.542
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (a) / (b) / (c)	133.028	953	133.981	143.938	614	144.552
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	20.208	20.208	-	6.684	6.684
Outros passivos	-	58	58	7	27	34
	133.028	21.219	154.247	143.945	7.325	151.270

16.2 Transações com partes relacionadas

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional, líquida (a) / (b)	401.224	-	401.224	233.115	-	233.115
Custos dos serviços (a) / (b)	(988.382)	-	(988.382)	(967.031)	-	(967.031)
Despesas gerais e administrativas (c)	(163)	(1.290)	(1.453)	(220)	(1.370)	(1.590)
Resultado financeiro, líquido	-	(638)	(638)	-	(794)	(794)
	(587.321)	(1.928)	(589.249)	(734.136)	(2.164)	(736.300)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

16.3 Principais transações com partes relacionadas

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Subsidiárias da Neoenergia	Contrato (ACL e CP) de compra e venda de energia elétrica	IPCA	Entre 1 ano e 24 anos	Entre 2026 e 2041	(49.384)	(603.726)
b)	Subsidiárias da Neoenergia	Serviços de gestão de energia	N/A	1 ano	2025	1.809	15.862
c)	Iberdrola Energia S.A.	Direito de uso da marca	0,9% ROL ajustada	9 anos	2031	(935)	(935)
d)	Potiguar Sul	Dividendos a receber	N/A	N/A	2026	19.651	-
e)	Neoenergia S.A.	Dividendos a pagar	N/A	N/A	2026	(24.807)	-

16.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A..

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025			2024		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	57.420	-	4.308	45.163	-	30.295
Títulos e valores mobiliários	1.920	-	-	9.195	-	-
Contas a receber de clientes e outros	259.330	-	-	245.857	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	84	25	-	48	3.959
Outros ativos financeiros	272	-	-	346	-	-
	318.942	84	4.333	300.561	48	34.254
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar	218.612	-	-	216.369	-	-
Empréstimos e financiamentos	47.163	-	-	66.660	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	105	1.237	-	6.710	-
Passivo de arrendamento	1.147	-	-	1.533	-	-
Outros passivos financeiros	526	-	-	165	-	1.680
	267.448	105	1.237	284.727	6.710	1.680

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

17.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.8 (análise de sensibilidade).

17.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.308	4.308	30.295	30.295
Instrumentos financeiros derivativos	109	109	4.007	4.007
	4.417	4.417	34.302	34.302
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	1.342	1.342	6.710	6.710
Outros passivos	-	-	1.680	1.680
	1.342	1.342	8.390	8.390

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

17.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2025		2024	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	47.163	47.162	66.660	66.789

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros são similares aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

17.5 Política contábil material

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

17.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

17.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Ativo	-	R\$ 10.947	2025	-	10.858
Passivo	-	R\$ 6.828		-	(6.898)
Exposição líquida				-	3.960

Programa de hedge para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Desembolso USD					
Termo	US\$ 84	US\$ 20	2026-2027	(19)	14
Exposição líquida				(19)	14

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Desembolso EUR					
Termo	€ 7	€ 42	2026	(2)	34
Exposição líquida				(2)	34

17.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar(US\$)	Alta do Dólar	5,5024	(479)	67	135
NDF				479	(67)	(135)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro(€)	Alta do Euro	6,4692	(42)	6	13
NDF				42	(6)	(13)
Exposição Líquida				-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	74.721	2.539	(365)	(735)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Debêntures							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	9,19%	(51.889)	(5.745)	(715)	(1.431)

18. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia
2026	857.185
2027	576.576
2028	432.978
2029	440.271
2030	429.939
2031	310.918
Entre 2032 a 2036	903.453
Entre 2037 a 2041	11.612
Total	3.962.932

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

David Benavent del Prado
Diretor Presidente

Rita de Cacia Rodrigues Oliveira Knop
Diretora de Vendas e Estratégia Comercial

Rodolfo Fernandes da Rocha
Diretor de Planejamento e Controle

Claudia Maria Suanno
Diretora de Regulação

CONTADOR

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **NC Energia S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.023.261/0001-88, declaram que:

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NC Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31.12.2025; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da NC Energia S.A., alusivas ao exercício findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026.

David Benavent del Prado
Diretor Presidente

Rita de Cacia Rodrigues Oliveira Knop
Diretora de Vendas e Estratégia Comercial

Rodolfo Fernandes da Rocha
Diretor de Planejamento e Controle

Claudia Maria Suanno
Diretora de Regulação